



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Altera a Constituição Federal para estabelecer a obrigatoriedade de retenção da carga tributária global pelo ente contratante nas compras governamentais entre entes federativos, e para estabelecer a desvinculação das receitas oriundas desta retenção.

Altere-se a alínea ‘c’ do inciso V do § 5º do art. 156-A da Constituição Federal, para que passe a vigor com a seguinte redação:

“Art. 156-A.

§ 5º

V -

c) **todas as** operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, **devendo** prever hipóteses de destinação integral do produto da arrecadação do imposto e da contribuição prevista no art. 195, V, ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas dos demais entes e elevação da alíquota do ente contratante em idêntico montante, **sobre o qual não incidirá vinculação a nenhuma despesa, inclusive àquelas previstas no caput do art. 212 e nos incisos II e III do § 2º do art. 198;**”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe ajustes à hipótese de retenção da carga tributária pelo ente contratante nas compras governamentais entre entes federativos para garantir a redução a zero das alíquotas de CBS e IBS em todas as compras públicas (tornando imperativo que a lei complementar assim disponha), e para desvincular os recursos que serão objeto desta imunidade recíproca.

É preciso pontuar, primordialmente, que o referido projeto tem, como perspectiva, um incremento de carga tributária para os setores de comércio e serviço, especialmente para o último. Sendo assim, o setor público, como um importante contratante destes produtos e serviços que serão atingidos, acabará sofrendo um grande impacto no custo de suas aquisições, como até mesmo pode ser possível que atinja reequilíbrios econômicos e financeiros de alguns contratos já firmados.

O advento da imunidade recíproca na CBS e no IBS, ademais, faria o pacto federativo caminhar para um modelo mais justo e equilibrado, na medida em que esse tipo de tratamento tributário já se verifica com os tributos diretos, incidentes sobre a renda e sobre o patrimônio. Afinal, se um prédio público federal possui imunidade com relação ao IPTU (tributo municipal), não há razão para que uma compra municipal de medicamentos, por exemplo, não deva ter imunidade com relação à CBS (tributo federal).

Desta feita, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados entregou mecanismo que procura mitigar os referidos efeitos, por meio da *possibilidade* aplicação da imunidade recíproca em seu primeiro bloco, como também criando mecanismo para que, caso a incidência tributária ali permaneça, que o produto da arrecadação seja de titularidade do ente público contratante. Entretanto, alguns ajustes são necessários.

O primeiro ponto seria decorrente da necessidade de se impor a possibilidade de retenção para **todas** as aquisições públicas, não podendo ser esta uma faculdade, a ser exercida por meio de legislação complementar (que terá iniciativa do próprio Conselho Federativo), de que contratações gozariam da desoneração tributária, em sentido amplo, para o ente contratante.

Por este motivo, **duas alterações são sugeridas:**

- a) Substitui-se os vocábulos “as operações [...]” por “**todas** as operações [...]” em relação a operações contratadas, sem qualquer distinção de quais sejam elas.
- b) Modifica-se o termo “podendo” por “**devendo**”, deixando explícito que trata-se de uma obrigação constitucional indicar mecanismo de desoneração para todas as possíveis aquisições públicas, por meio de lei complementar.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Por derradeiro, ainda se sugere mais um aperfeiçoamento ao dispositivo. No que tange à única possibilidade de desoneração proposta, onde o produto da arrecadação passa a ser de titularidade do adquirente/contratante público. Nesse caso, é preciso que se estabeleça uma desvinculação desta arrecadação, para que assim se mantenha o equilíbrio das aplicações constitucionais em virtude do aumento do gasto público ocasionado pela referida Reforma Tributária.

A título de ilustração, é importante citar um caso exemplificativo do que aconteceria se a desvinculação não estivesse determinada, a fim de justificar a sua necessidade: uma despesa executava em investimentos de melhoria de infraestrutura urbana, como recapeamento asfáltico; se acrescentarmos nela o custo de tributação pós-reforma em R\$ 1.000.000 (hum milhão de reais), tem-se a possibilidade de admitirmos que esse acréscimo seria devolvido aos cofres do contratante; **se a desvinculação não fosse aplicada, o impacto de aumento de carga tributária que ocasionaria o aumento do serviço ou da mercadoria adquirida pela Administração Pública, quando se retorna aos cofres públicos contratante, seria registrado como receita, o que faria que o deslocamento de recurso fosse destinado para outras áreas que não aquela que gerou aquela receita específica.**

Ou seja, sem desvinculação, admitir-se-ia que o efeito que se deseja (aquele de reequacionar os impactos da reforma tributária perante as aquisições públicas) faria com que os valores fossem retidos nos cofres do contratante – que num primeiro momento seriam recursos livres para outras áreas sem vinculações –, tornando-se parte dos seus próprios orçamentos, por um novo conceito de “receita”.

Para evitar que recursos direcionados para outras áreas que não aquelas vinculadas retornem vinculados para aquelas áreas, que a presente emenda entrega a inclusão do “sobre o qual não incidirá vinculação a nenhuma despesa, inclusive àquelas previstas no *caput* do art. 212 e nos incisos II e III do § 2º do art. 198” ao item 2, alínea “c”, inciso V, § 5º do Art. 156-A, ora criado pela Proposta de Emenda Constitucional em comento.

Ressaltamos que a presente não importa aumento de despesa ou renúncia de receita e, por esta razão, não demanda a apresentação de estimativa de impacto financeiro-orçamentário – como é o comando do art. 113 do ADCT – nem, de outro modo, acarreta a necessidade de acompanhamento de fonte de compensação financeiro-orçamentária – como estabelecem os artigos 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lcp 101/2000).

Por essas razões, pugnamos pelo apoio dos colegas senadores para a aprovação desta emenda.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Sala da Comissão,

Senador NELSINHO TRAD